



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA

STÉFANY GABRIELA DA SILVA SALES

Influência do PAA na Gestão da Produção Familiar em Planaltina de Goiás

Relatório de Estágio

BRASÍLIA

2018

STÉFANY GABRIELA DA SILVA SALES

Influência do PAA na Gestão da Produção Familiar em Planaltina de Goiás

Relatório de Estágio em Pesquisa de Iniciação Científica apresentado ao curso de Gestão do Agronegócio da Faculdade UnB de Planaltina (FUP/UnB), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Sauer

Brasília

2018

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de mostrar o quanto somos gratos pelo apoio prestado, pela palavra amiga, o conselho falado. Realizar este trabalho nos mostra o quanto somos frágeis e o quanto nos podemos "superar-se a si mesmos".

Agradeço a Deus por sempre estar comigo e nunca me abandonar, mesmo quando pensei em desistir, agradeço pela força, e pela oportunidade de chegar até aqui, obrigada Senhor por todas as dificuldades passadas, pois sem elas não chegaria aonde cheguei.

A minha família, por ser minha base. A minha mãe Vera por ser a mãe mais maravilhosa do mundo, por me ensinar que nem sempre desistir é o melhor caminho, eu lhes agradeço pela ajuda na conclusão deste trabalho.

Agradeço a UnB, pois estar em uma universidade é bom, mas estar na UnB é maravilhoso e com pessoas especiais é melhor ainda. Agradeço a toda a turma do 2º semestre de gestão do agronegócio, em especial as minhas melhores amigas, companheiras e parceiras de toda a vida, Franciely e Bianca. O meu muito obrigado por sempre estarem comigo durante esses anos aturando as minhas chatices.

Agradeço a meu orientador Prof. Dr. Sérgio Sauer pela paciência, dedicação e pelos conhecimentos passados. Ao Prof. Dr. Antônio de Almeida Nobre Júnior por ser amigo, companheiro, paciente, conselheiro, obrigada por me ensinar além do que devia obrigada pelos seus conhecimentos, obrigada pela oportunidade do meu primeiro trabalho, obrigada!

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa jornada. O meu muito obrigado!

Resumo

O modo como a agricultura familiar veio sendo reconhecida ao longo dos anos mostra o quão rico e importante é essa diversidade e como ela vem sofrendo influências na sua gestão através do PAA. O mercado institucional é um meio para que esses agricultores possam se estabelecer no mercado e uma boa gestão pode ser um caminho para a rotina que o PAA demanda. O estudo foi realizado com o objetivo de identificar e estudar de que forma o PAA influencia na gestão da produção familiar em Planaltina de Goiás. O material utilizado para realização deste estudo foram dois roteiros de entrevistas sendo o primeiro aplicado ao presidente da cooperativa e o segundo aplicado a três agricultores indicados da Cooperativa ProRural. A partir da análise dos resultados foi identificado que o PAA influencia de forma relevante e positiva o modo como os agricultores entrevistados gerem sua propriedade, pois o modo como você precisa para se organizar para que as demandas solicitadas pelo programa sejam atendidas traz essa gestão para dentro do local de trabalho. A gestão da agricultura familiar é algo desafiador e que merece ser mais bem visualizada e incentivada, pois é a partir de pequenos detalhes que esses agricultores conseguiram ter um destaque nos diversos tipos de mercados. Através desse estudo, portanto podemos afirmar que de acordo com os autores mencionados e os dados coletados, a gestão da produção tem uma grande importância para o produtor nas suas diversas atividades podendo este trabalho contribuir como base para pesquisas futuras.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Programa de Aquisição de Alimentos. Gestão. Mercado Institucional.

Abstract

The way in which family farming has been recognized over the years shows how rich and important this diversity is and how it has been influenced in its management through the PAA. The institutional market is a way for these farmers to establish themselves in the market and good management can be a way for the routine that the PAA demands. The study will be carried out with the objective of identifying and studying how the PAA influences the management of family production in the Northern District of Planaltina de Goiás. The material used to carry out this study were two interview scripts, the first one applied to the president of cooperative and the second one applied to three farmers nominated by Cooperativa ProRural. From the analysis of the results it was identified that the PAA influences in a relevant and positive way the way the farmers interviewed manage their property, because the way you need to organize to the demands requested by the program brings this management into your place of work. The management of family farming is challenging and deserves to be better viewed and encouraged, since it is from small details that these farmers have been able to have a prominence in the different types of markets. Through this study, therefore we can affirm that according to the mentioned authors and the data collected, the production management has a great importance for the producer in its several activities and this work can contribute as a basis for future research.

Keywords: Family Agriculture. Food Acquisition Program. Management. Institutional Market.

Lista de abreviaturas e siglas

1. **ASFAG** – Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos do Distrito Federal e Entorno
2. **CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento
3. **DAP** – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
4. **EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
5. **FBB** – Fundação Banco do Brasil
6. **MD** – Ministério da Defesa
7. **MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
8. **MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
9. **OCS** – Organização de Controle Social
10. **OPAC** – Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade Orgânica
11. **PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
12. **PAPA DF** – Programa de Aquisição da Produção da Agricultura
13. **PGPM** – Programa de Garantia de Preços Mínimos
14. **PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
15. **PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
16. **PRORURAL** – Cooperativa dos Produtores Rurais de Planaltina de Goiás e Região
17. **QGEx** – Quartel General do Exército
18. **SAF** – Secretária de Agricultura Familiar
19. **SEAD** – Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
20. **SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
21. **UNICAFES** – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Econômica Solidária.
22. **URDA** – Unidade de Recebimento e Distribuição de Alimentos

SUMÁRIO

Apresentação	8
1. Referencial teórico: alguns conceitos	11
1.1 Agricultura Familiar	11
1.2 Mercado Institucional	13
1.3 A criação do PAA e a agricultura familiar.....	14
2. História, concepção e implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	16
2.1 Gestão da produção familiar	20
2.2 Estudos sobre gestão da produção e o PAA	21
2.3 Universo de pesquisa: cooperativa e agricultores familiares de Planaltina de Goiás	22
3. Relato e discussão dos dados de campo	24
Considerações Finais	32
Referências	33
Apêndice	39

Apresentação

A agricultura familiar tem enfrentado uma série de desafios ao longo da história no Brasil. Entre esses desafios estão às dificuldades de gestão da produção e de inserção no mercado. Vários estudos mostram como são importantes esses desafios, que mobilizam diversos órgãos do Estado brasileiro. Portanto, as políticas públicas voltadas para o meio rural, podem ser instrumentos de grande importância para superar desafios no segmento da agricultura familiar.

As políticas de criação de mercados institucionais que apresentam oportunidades para a agricultura familiar ganham destaque através das políticas públicas. Dentre essas várias políticas, está o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído no governo Lula em 2003, no âmbito do Programa Fome Zero (GRISA e PORTO, 2015).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado para, além de promover o acesso à alimentação, estimular a agricultura familiar para que esta tenha uma maior visibilidade nos mercados, destinando seus produtos as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Portanto, todos devem conhecer o programa na sua essência, para que haja uma harmonia entre os diversos agentes participantes (BERGAMASCO, BORSATTO e ESQUERDO, 2013).

Desde a concepção do PAA, os mercados institucionais passaram a ganhar força e importância entre políticas públicas para a agricultura familiar. Além das reivindicações da sociedade, os gestores públicos também passaram a se dedicar no aperfeiçoamento do programa, demandando melhorias e buscando a construção de novas iniciativas. O PAA em particular, assim como outros programas de mercados institucionais, passou a ter uma maior visibilidade, respostas vindas das vitórias dos agricultores familiares alcançadas nos últimos tempos (GRISA e PORTO, 2015). No entanto, alguns motivos vêm contribuindo para o baixo desempenho do mercado institucional, como por exemplo, a dificuldade que os agricultores familiares têm para se adaptar às condições que esse mercado exige (FREITAS, 2016).

Com as diversas mudanças acontecendo no governo federal, especialmente pós 2016, o PAA vem passando por diversos cortes de recursos, prejudicando milhares de famílias participantes do programa, além dos seus beneficiários que dependem desses

produtos. O recurso que devia ser destinado ao PAA vem caindo a cada ano, quando não cancelado.

Em maio de 2016, após aprovado um recurso de R\$ 170 milhões, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) cancelou o montante para o programa. Em seguida, em outubro de 2016 extinguiu o Departamento de Renda e Agregação de Valor, da antiga Secretária de Agricultura Familiar (SAF), departamento importantíssimo para implementação das ações do PAA. Com isso, desafios a serem alcançados pelos agricultores familiares se tornam cada vez mais difícil, uma vez que fatores ao seu redor dificultam suas ações (SABOURIN e NIEDERLE, 2017).

A gestão da produção é outro fator desafiador para a agricultura familiar. Sabendo que a capacidade de gestão do empreendimento rural é um diferencial, o agricultor familiar deveria administrar seu local de trabalho como se fosse uma empresa. Uma gestão melhor planejada, auxilia nas atividades do dia-a-dia e nas tomadas de decisão, sendo necessário um “feedback” para se firmar no mercado. Nesse sentido, a gestão da produção e o conhecimento do funcionamento dos mercados contribuem para o processo de acumulação e reprodução social da agricultura (SOUZA FILHO, BÁNKUTI e SILVA, 2004). Diante da importância da gestão, o objetivo desta pesquisa é estudar como a mesma acontece com produtores envolvidos com o PAA.

A execução deste trabalho de pesquisa está alicerçada no levantamento de informações relevantes, tanto para os produtores familiares rurais quanto para a comunidade acadêmica sobre como o PAA auxilia na gestão da propriedade e da produção, buscando atender ou tendo influência do mercado institucional. Considerando que, de maneira geral, na agricultura familiar, os mecanismos de administração e controle da produção não estão focados prioritariamente nas demandas e fluxo necessários aos mercados institucionais, este trabalho ampliará ainda os conhecimentos a respeito do tema tratado, servindo como base para pesquisas futuras.

A base para a escolha desta pesquisa foi através do plano de trabalho advindo do projeto de Iniciação Científica (2017-2018), denominado -“Estudo de programas baseados em mercados institucionais: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar”. Nas matérias oferecidas pelo curso de Gestão do Agronegócio, da Universidade de Brasília, várias foram às disciplinas que abordaram o programa e a agricultura familiar, motivando a pesquisa do tema.

O objetivo geral do trabalho foi identificar e estudar de que forma o PAA influenciou na gestão da produção familiar em Planaltina de Goiás por meio da atuação da Cooperativa ProRural, que possibilitou acesso aos agricultores familiares.

Planaltina de Goiás possui uma diversidade de produtos e de agricultores, mas pouco se fala sobre essa quantidade e diversidade de produtos e agricultores, pois não foram encontrados estudos acadêmicos sobre esta cidade e/ou realidade local. Os produtos são comercializados boa parte na própria cidade e outra parte é comercializada no entorno, atendendo um público diverso.

Para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos deste estudo são: a) verificar se as famílias envolvidas fizeram adaptações e quais adaptações foram feitas após fazer parte do PAA; b) identificar se ainda há alguma adaptação na gestão da produção que possa ser realizada, levando em consideração a influência do programa e; c) analisar quais foram os benefícios que o programa trouxe para a gestão da produção familiar. Tentaremos responder ainda quais mudanças na gestão da produção familiar são constatadas a partir da participação no PAA.

Este trabalho está dividido em três (03) capítulos iniciado pela apresentação. O primeiro capítulo é o referencial teórico, que busca embasar o trabalho com as principais ideias de pesquisas e autores que estudaram o PAA e a agricultura familiar. O segundo capítulo traz a história, concepção, e implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), discute ainda a metodologia e universo de pesquisa. O terceiro capítulo aborda o relato e discussão dos dados de campo. O relatório é finalizado com as considerações finais e referências utilizadas para realização deste estudo.

1. Referencial teórico: alguns conceitos

Neste capítulo serão abordadas ideias com base em referências de trabalhos anteriores, buscando o alicerce para esse estudo, explanando os teóricos que já estudaram sobre o tema e dando um embasamento para o trabalho desenvolvido.

1.1 Agricultura Familiar

De acordo com Altafin e Rocha (2005, p.100), o início das discussões a cerca da agricultura familiar surge no período colonial buscando a valorização da categoria, pautando o reconhecimento e a importância das terras que ali estavam. Durante a colonização do Brasil “o ruralismo do colonizador português não foi por opção ou adoção, mas imposto pelo conjunto de circunstâncias”, pois o que era importante na época eram os metais preciosos e as especiarias na esperança de encontrar uma nova Índia e não a agricultura. Porém com a descoberta do Brasil acabou fracassando a ideia de se obter lucros rápidos (ALTAFIN, ROCHA, 2005). Diante de tal fracasso e com a presença portuguesa no Brasil, “na ausência de riquezas que correspondessem à primeira expectativa, pois dos metais preciosos, fundamento desta, sinais não apareciam, cuidou-se de aproveitar a terra para a agricultura, o que era modesto consolo” (AZEVEDO, 1929, p. 247).

Assim com o desconforto da obtenção de lucros rápidos e a pouca ruralidade dos portugueses no período do descobrimento, a exploração agrícola surge com um caráter aventureiro, identificado por Sérgio Buarque de Holanda (1995), com a coragem de quem não mede esforços para obtenção de ressarcimento ligeiro.

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas a riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos (HOLANDA, 1995, p. 49).

A agricultura familiar é aquela onde a família é proprietária dos meios de produção e ao mesmo tempo trabalha nela para subsistência, porém é importante ressaltar que esta característica família-produção-trabalho traz respostas como inserção no mercado de trabalho que é de extrema importância para o modo de como ela atua econômica e socialmente. Portanto, seria uma categoria genérica, pelo fato de ocupar o

mesmo espaço trabalhando e residindo, tornando-se um leque de distintas formas sociais (WANDERLEY, 1996). Contudo a lei nº 11.326, de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar de forma mais ampla, considerando o agricultor familiar o que pratica atividade no meio rural, que possua até quatro módulos fiscais, utilize a maioria da mão de obra da família nas atividades do estabelecimento, tenha percentual mínimo da renda familiar oriundo das atividades realizadas no empreendimento e trabalhar no local com sua família (BRASIL, 2006).

Segundo Mesquita e Mendes (2012), a categoria agricultura familiar passa a ganhar um reconhecimento maior a partir de 1990 com políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento para Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF foi criado em consequência de manifestações, demandas e mobilizações das organizações sociais do campo, trazendo incentivos aos agricultores familiares que, por sua vez ainda enfrentam diversos desafios, inclusive para acessar aos créditos do mesmo.

De acordo com Paula, Kamimura e Silva (2014), a agricultura familiar engloba vários eixos como a cultura, a segurança alimentar, a diversidade na produção, a valorização do ambiente e seu local de desenvolvimento. No entanto, mesmo que possuam muitos obstáculos em relação ao mercado, a agricultura familiar é geradora de renda e tem potencial para crescer. Maciel (2008) afirma que o mercado possui um amplo universo que aborda todas as operações de compra de alimentos e que podem ser contínuas atendendo escolas e creches, de caráter esporádico atendendo calamidades públicas ou as referentes a políticas públicas e programas do governo como, por exemplo, o PAA.

Grisa (2017) afirma que em continuação ao Pronaf, o PAA nasce inovando as políticas públicas para a agricultura familiar, prestigiando e valorizando cada vez mais a categoria. A produção familiar passa através do PAA a ter uma diversidade que antes não era tão expressiva, sendo principalmente resultado das modalidades Compra com Doação Simultânea e Compra Institucional advindas do programa. Essa diversificação da produção agora passa a vim da mesma unidade familiar, antes destinados ao consumo próprio e agora passando a ser comercializado. Com essa diversificação

produtos antes esquecidos pelas famílias voltam a ser produzidos resgatando costumes e hábitos.

O PAA traz ainda uma autonomia para a agricultura familiar, principalmente para as famílias em maior vulnerabilidade social e econômica, fazendo com que esses agricultores em situações precárias passem a ter mais oportunidades no mercado com os produtos excedentes ao consumo familiar. Passaram ainda a ter melhorias na qualidade de vida e incentivo para as famílias permanecerem no campo, deixando de lado a busca por outros tipos de trabalho longe de suas residências (GRISA, 2017).

Com a criação do PAA em 2003, uma série de inovações passam a ocorrer no campo. Agora os agricultores familiares passam a comercializar seus produtos através de mercados institucionais, com um fator a ser destacado que é a dispensa de licitação na aquisição dos produtos da agricultura familiar. Já que a lei como 8.666 e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) criada em 1945 não facilitava, de forma alguma, agricultores familiares, já que a aquisição dos produtos é de caráter universal e no PAA os preços de aquisição devem ser inferiores aos praticados nos mercados regionais. O PAA surge para romper barreiras e destinar suas ações para agricultores familiares, comunidades indígenas, assentados, acampados de reforma agrária, etc., facilitando a comercialização desses produtos através do mercado institucional (SCHIMITT e GUIMARÃES, 2008).

1.2 Mercado Institucional

O mercado institucional trás, portanto, uma maior segurança para os agricultores familiares, principalmente na comercialização dos seus produtos que passam a ser comprados pelo governo agora também de famílias participantes do PAA através de diferentes formas e repassados a formação de estoques públicos, bancos de alimentos, instituições assistenciais, etc. Também são distribuídos para escolas, hospitais como um complemento de outros programas (SCHIMITT e GUIMARÃES, 2008).

Segundo FBB e UNICAFES (2013), a comercialização dos produtos da agricultura familiar através do mercado institucional é de certa forma recente no Brasil, o primeiro contato com esse tema foi pouco desenvolvido e inconstante por governos municipais e estaduais que procuravam estimular a agricultura familiar. Porém hoje essa

política é crescente e retrata uma das possibilidades mais importantes de acesso a mercados pela agricultura familiar, contudo necessita de um esforço maior das famílias para que sejam mais organizadas e possuam uma gestão ágil e satisfatória. O aprimoramento da prática de gestão deve ser ressaltado uma vez que os agricultores necessitam estar preparados para trabalhar e conectar-se ao mercado institucional, principalmente os ofertados por políticas públicas (FBB, UNICAFES, 2013).

Segundo Grisa e Porto (2015), o mercado institucional possui um aspecto característico de mercado, pois nele há ações de câmbio peculiares que por sua vez são predeterminadas por agentes específicos em que o Estado possui uma função de caráter de mediação de mercados.

Maciel (2008, p.17) afirma que:

O Mercado Institucional de Alimentos, em seu sentido mais amplo, é aquele mercado que envolve as três esferas governamentais - municipal estadual e federal - em todas as suas operações de compra de alimentos, sejam as compras de caráter contínuo - como as aquisições para creches, escolas, sistema carcerário, forças armadas e hospitais - quanto às aquisições de caráter esporádico - como aquelas que ocorrem para atender a população em casos de calamidade pública ou as referentes às políticas de Estado e programas de governo, tais como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outros.

Dessa forma Maciel (2008), afirma ainda que o PAA, por exemplo, é somente uma parcela dentro do mercado institucional e que o programa tem muito potencial, uma vez que ele é restringido unicamente a agricultores familiares e o mercado institucional já atua de maneira mais ampla, alcançando um público maior.

1.3 A criação do PAA e a agricultura familiar

A agricultura familiar foi historicamente esquecida pelas políticas públicas e ações governamentais no Brasil. Mesmo, em 1850, com a Lei 601, ou a chamada Lei de Terras, criou novos critérios em relação aos direitos e deveres dos donos de terras. A Lei de Terras, portanto, transformou a terra em mercadoria e, ao mesmo tempo, garantiu a posse dos antigos fazendeiros. Antigamente a alta sociedade pensava apenas que o campo seria dos grandes fazendeiros, sendo o principal motivo de desenvolvimento

rural no Brasil, sem estímulo algum ao desenvolvimento rural de base familiar (AQUINO; TEIXEIRA e TONNEAU, 2003).

Segundo Costa, Rimkus e Reydon (2008), a agricultura familiar era demasiadamente excluída e só obteve destaque na reforma da Constituição de 1988, com uma proposta de Lei Agrícola pelos movimentos sindicais. Na década de 1990, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar surgem no Brasil. "Dois fatores principais motivaram o surgimento dessas políticas públicas: a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais" (COSTA; RIMKUS; REYDON, 2008, p.6).

Segundo Das Graças Rua (1997, p.1), "política é a resolução pacífica de conflitos". Porém, podemos limitar esta definição, dizendo que a "política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos".

As políticas públicas são decorrentes de atividades políticas e representam mais do que uma decisão política, pois precisam de várias ações para que se possam programar as decisões a serem tomadas. Já uma decisão política é uma escolha dentre várias opções, de acordo com as preferências dos envolvidos. Portanto, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política é uma política pública (DAS GRAÇAS RUA, 1997).

2. História, concepção e implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Criado em 2003, o PAA surge a partir de uma iniciativa do Governo Lula (2003-2010), no contexto do Programa Fome Zero. O intuito foi de, além de combater à fome, intensificar o reconhecimento da agricultura familiar e impulsionar a segurança alimentar e nutricional. O PAA adquire produtos com a dispensa de licitação dos agricultores familiares e os retorna para pessoas em situação de insegurança alimentar (GRISA *et al.*, 2010). Neste sentido,

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006. O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Fazenda (CAVALCANTE, 2010, p. 10).

Em relação à segurança alimentar, o objetivo do programa tem sido de garantir, com certa regularidade, alimentos em quantidade e qualidade para populações com dificuldades ao acesso de alimentos, promovendo assim a igualdade no campo através da agricultura familiar (BRASIL, 2010). O PAA tem contribuído para o crescimento e diversificação da produção da agricultura familiar incentivando o consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos preservando a cultura, hábitos e costumes locais (GRISA *et al.*, 2010).

Além dos objetivos explícitos do PAA, há outro que estão implícitos, "como a distribuição de renda, a circulação do dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo a agrobiodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional" (VIEIRA; GROSSI, p. 4).

Segundo Silva e Costa (2010), o PAA tem como público alvo os agricultores familiares não adaptados ao mercado, as famílias mais carentes do meio urbano e rural, desempregados e subempregados, que não detém a prática de supervivência e ficam submissas as políticas, constituindo assim os beneficiários do programa.

Para que os objetivos do programa sejam alcançados, este quadro está dividido em cinco modalidades: Compra com Doação Simultânea; Formação de Estoques pela Agricultura Familiar; Compra Direta da Agricultura Familiar; Incentivo à Produção e Consumo do Leite (IPCL ou PAA Leite); Compra Institucional; PAA sementes (TRICHES; GRISA, 2015).

Segundo MDA (2006), existem várias modalidades de operacionalização do PAA, conforme Figura 1.

Figura 1. Modalidades do PAA

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Consumo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	-	compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fonte: MDA (2006)

Para que sejam alcançados os objetivos básicos do PAA ele atua em cinco modalidades diferentes, listadas no Art. 17 do Decreto N° 7.775 de 4 de julho de 2012, operando com limites anuais de até R\$ 8.000,00 para comercialização por unidade familiar. O MDA destina recursos para as modalidades Compra Direta e Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que buscam construir estoques públicos através da compra de produtos definidos pelo grupo gestor com a vantagem de poder reter seus produtos até que haja uma melhoria nos preços para a venda (CAMARGO; BACCARIN e SILVA).

Já o MDS executa as modalidades Compra com Doação Simultânea, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite. Onde são comprados os alimentos diversos com condições definidas pelo grupo gestor e doados a pessoas em situação de segurança alimentar e nutricional. O chamado PAA leite após beneficiado é comprado e doado a

beneficiários consumidores, atendendo todos os estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais (CAMARGO; BACCARIN e SILVA).

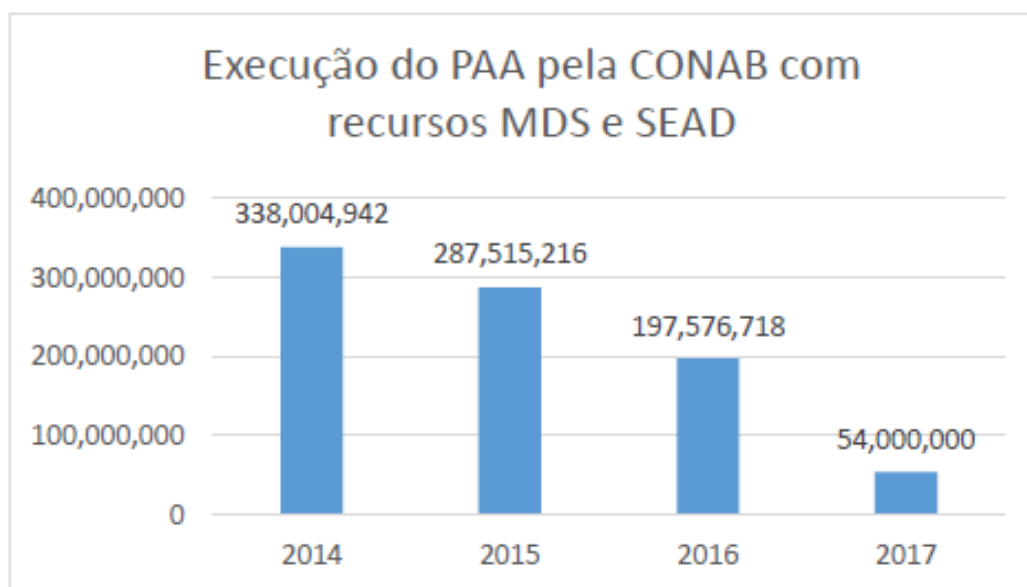
O recurso da modalidade Compra Institucional vem das entidades proponentes, com o intuito de atender as demandas de consumo de alimentos por parte da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, participando das ações de alimentação escolar de diversos lugares (CAMARGO; BACCARIN e SILVA).

A modalidade compra institucional é a modalidade do local de estudo. Com isso em 26 de setembro de 2012 o grupo gestor do PAA na resolução nº 50 ordenou o funcionamento de tal modalidade, podendo fornecer alimentos os agricultores familiares, assentados de reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombolas rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendem aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e também cooperativas que possuam a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) - DAP jurídica (MDS e CONAB).

A aquisição de produtos da agricultura familiar a partir da modalidade compra institucional era facultada para as unidades gestoras do Exército e outros órgãos da administração pública federal, autárquica e fundacional até entrar em vigor o Decreto nº 8.473/15, de 22 de junho de 2015, onde é tornada obrigatória a aquisição desses produtos com um percentual de no mínimo 30% do total dos recursos recebidos para tal aquisição (MDS e CONAB).

Há algum tempo o PAA tem sido de grande importância para o crescimento da renda da agricultura familiar, sendo operacionalizado pela CONAB, com recursos vindos do MDS e da Secretaria de Agricultura Familiar (SEAD), em conjunto com Estados e Municípios (BRASIL, 2017). Porém Os recursos do Orçamento Geral da União, conforme se pode ver na figura 2, para este programa está diminuindo de forma acelerada impactando diretamente a renda desses agricultores, deixando este mercado institucional deficiente.

Para exemplificar melhor essa redução, notem a figura 2.

Figura 2. Execução orçamentária do PAA pela CONAB

Fonte: Brasil (2017)

O repasse feito pela SEAD ou do MDS à CONAB no ano de 2016, fez com que a saída dos alimentos produzidos pela agricultura familiar tivesse um total de 88.120 toneladas produzidas por 29.318 agricultores, representando 845 projetos (BRASIL, 2017). Com essa drástica redução para o ano de 2017, estima-se que apenas oito (08) mil famílias, poderão comercializar sua produção por meio do PAA neste ano, uma queda bastante considerável considerando os anos anteriores.

Diante de tal queda nos cortes orçamentários que passam de 90%, agricultores começam a ser afetados, apesar de a legislação permitir que Marinha, Exército, Aeronáutica e outros façam suas compras de até 30% através da agricultura familiar temendo, portanto, o fim do programa (OLIVEIRA, 2017). Para o ano de 2018 o MDS repassou dois (02) milhões para o PAA no Distrito Federal. Esse recurso pretende beneficiar cerca de mil agricultores do DF através da modalidade Compra com Doação Simultânea. Já o governo distrital investirá um milhão e meio (1,5) no PAA, obtendo um total de três milhões e meio (3,5) para o fortalecimento da agricultura familiar (MDS, 2018).

De certa forma com tantos altos e baixos nos repasses feitos ao PAA diretamente ligado à agricultura familiar, há uma série de fatores que influenciam a produção desses agricultores, como o controle gerencial de seus locais de trabalho. O ambiente interno

desde local passa ficar vulnerável, sabendo que esse ambiente é controlado pelo agricultor sobre o que produzir, quando produzir, afetando sua tomada de decisão (EMATER, 2004).

2.1 Gestão da produção familiar

Podemos definir gestão da produção familiar como sendo um processo de tomada de decisão visando o mercado e buscando atender os objetivos dos agricultores. Seria a união dos resultados da gestão através da produção, podendo monitorar todo o seu processo e fazendo correções sempre que necessário (EMATER, 2004).

A partir dessa gestão e com o auxílio do PAA essas famílias passam a ter um melhor controle da sua produção, passam a ter uma rotina para que consigam entregar seus produtos. É através dessa gestão que essas famílias administraram seus locais de trabalho, pois toda e qualquer propriedade necessita de um “feedback” para garantir a sobrevivência e a prosperidade. A gestão tem essa importância, auxiliar o produtor nas diversas atividades rotineiras (SOUZA FILHO, BÂNKUTI e SILVA, 2004). A gestão da produção tem esse papel, fazer com que esse agricultor administre os recursos produtivos e informações, agregando valor ao seu produto podendo atender o mercado com o apoio da cooperativa em que participa de forma competitiva (EMATER, 2004).

Segundo Batalha, Buainain e Souza Filho (2005, p.11), a gestão da propriedade rural “[...] compreende a coleta de dados, geração de informações, tomada de decisões e ações que derivam destas decisões, não é tratada de forma satisfatória na literatura nacional e internacional”. Geralmente os estudos desenvolvidos nesta área estão focados em aspectos financeiros deixando de lado outras modalidades que também possuem um caráter significativo como a gestão do empreendimento rural, critérios de definição do produto e do processo de produção, sistemas de gestão da qualidade, sistemas de planejamento e controle da produção, entre outras.

Os métodos e técnicas desenvolvidos para tal finalidade não se adéquam aos produtores, deixando-os alheios as atividades administrativas que possam ser desenvolvidas em conjunto com as atividades produtivas. Segundo os mesmo autores, quaisquer que sejam os mecanismos para auxiliar os produtores serão diferentes das:

[...] outras ferramentas de gestão, tais como critérios de definição do produto e do processo de produção que ultrapassem a visão de curto

prazo das margens de contribuição, sistemas de gestão da qualidade, sistemas de planejamento e controle da produção, sistemas de gestão logística, entre outras (BATALHA, BUAINAIN E SOUZA FILHO 2005, p.11).

Além disso, a pouca qualificação, o alto índice de analfabetismo e a dificuldade de acesso ao crédito atrapalham os agricultores de forma que eles acabam obtendo uma desvantagem em relação à gestão e crescimento de suas propriedades (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005).

Segundo Ulrich (2009), pela diversidade de tarefas a propriedade rural acaba se tornando uma empresa de modo que o seu representante deve possuir boas ferramentas de gerenciamento para que possa verificar de maneira rentável os pontos fortes e fracos, reduzindo as perdas e aumentando o lucro.

De certa forma o PAA exige que esse agricultor adote algumas ferramentas de gestão tão importantes para a produção familiar. Como por exemplo, o planejamento da produção auxiliando o que e como produzir e quando entregar. A vinda das novas tecnologias para o meio rural faz com que o agricultor familiar se desenvolva melhor tanto no seu local de trabalho como no mercado, mesmo com algumas barreiras que dificultam esse acesso principalmente com o baixo grau de instrução dos trabalhadores rurais e a pouca prática com os programas. Com o PAA esses agricultores aprendem a organizar sua produção mesmo que não haja tecnologias de fácil acesso e compreensão. O programa trás diversas ferramentas e meios que podem ser utilizados para que esses trabalhadores tenham uma boa gestão da sua produção (DEPONTI, 2014).

2.2 Estudos sobre gestão da produção e o PAA

O desenvolvimento metodológico desse trabalho se deu através do instrumento “roteiro de entrevista semi-estruturada”, que permite fácil retorno para compreensão dos dados analisados.

A técnica de pesquisa utilizada foi identificada como entrevista de caráter exploratório, semi-estruturada. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a entrevista semi-estruturada é organizada através do instrumento de pesquisa roteiro de entrevista organizada por um conjunto de questões sobre o tema principal, podendo haver desdobramentos sobre o tema ao longo da entrevista, permitindo que o entrevistado fale

livremente sobre o tema. Para o autor, a entrevista semi-estruturada surge de forma mais livre e simples, por não possuir um padrão de resposta (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Os aspectos metodológicos deste trabalho foram de acordo com a abordagem uma pesquisa qualitativa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009) é aquela que não utiliza dados numéricos para entender ou compreender algo. Na utilização de métodos qualitativos busca-se explicar o porquê das coisas não se preocupando em quantificar os dados analisados. A pesquisa qualitativa busca, portanto, se preocupar com o presente, com a realidade explicando o processo de como as coisas acontece. Quanto à natureza será uma pesquisa básica que visa gerar novas pesquisas e estudos para trabalhos futuros.

Quanto aos objetivos, será uma pesquisa exploratória. Segundo Gil (2007), essa busca uma facilidade com o problema, tornando-o mais evidente. Quanto aos procedimentos, a pesquisa foi primeiro, bibliográfica, pois foi realizado um levantamento de artigos, livros, capítulos de livros, publicados em diversos meios como revistas científicas, anais de eventos e outros trabalhos acadêmicos (FONSECA, 2002).

Foram realizadas entrevistas com o presidente da cooperativa ProRural e três agricultores sendo um participante da Cooperativa Pró-Rural, localizada em Planaltina de Goiás, buscando responder os objetivos deste trabalho. Com escolha deste universo de pesquisa, pretendeu-se atingir e dar maior visibilidade a cidade em questão, onde existem diversos produtores familiares que acessam o PAA e contribuem para uma alimentação de consumidores diversos.

2.3 Universo de pesquisa: cooperativa e agricultores familiares de Planaltina de Goiás

O universo de pesquisa desde estudo foi através da cooperativa ProRural e os agricultores familiares de Planaltina de Goiás. Levando em consideração a dificuldade que os agricultores familiares têm de se inserirem no mercado as cooperativas são incentivo para esses agricultores se organizarem e assim se inserirem no mercado.

O início da história do cooperativismo agropecuário no Brasil é marcado por uma estrutura autoritária, na qual os interesses dos agricultores familiares não eram considerados. As iniciativas eram

para a produção exportadora. Esse modelo beneficiou os produtores que detinham grandes extensões de terra e privilegiavam a monocultura. Já os pequenos produtores, camponeses e demais agricultores cujas atividades produtivas eram realizadas pela família, se viam cada vez mais marginalizados (COSTA, AMORIM JUNIOR e SILVA, 2015, p.03).

Já nos anos de 1920, com o objetivo de solucionar alguns problemas do governo viu-se o cooperativismo como uma ferramenta para solucionar problemas deixados pela crise. Assim o governo passa a incentivar o cooperativismo com o intuito de escoar a produção dos agricultores familiares (CHIARIELLO, 2006). Com isso há um aumento de 105 para 4.627 cooperativas em 1960, porém, esse aumento durou pouco tempo até que o governo mudou seu foco e passou a direcionar as atividades das cooperativas para commodities caindo para 2.637 cooperativas no ano de 1973 (CHIARIELLO, 2006).

De acordo com Alencar, Morais e Santos Sobrinho (2015), em 1844 foi criada a primeira cooperativa no sul da Inglaterra, idealizada por uma sociedade igualitária considerada o marco do cooperativismo moderno, chamada sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdalle. Já a primeira cooperativa agropecuária surgiu em 1882 em Hjedding na Dinamarca com a produção de manteiga, posteriormente foram surgindo outras com diversos produtos agrícolas.

Com a globalização ocorrendo de maneira expressiva no Brasil e no mundo, as disputas pelo mercado passam a ser significativas e com a criação das cooperativas e associações, a agricultura familiar ganha força para enfrentar os mercados locais, regionais e globais, agregando valor aos seus produtos, podendo agora ter uma concorrência maior e melhor.

De acordo com Batalha (2009) é a partir do cooperativismo que a agricultura familiar obtém uma vantagem aumentando sua renda e se tornando uma empresa competitiva e interessante. Com isso observamos que para que seja considerada uma cooperativa ou associação ligada à agricultura familiar, a cooperativa ou associação deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP – Jurídica), sendo necessário, portanto, que no mínimo 70% de seus sócios ou cooperados possuam a DAP física e que pelo menos de 55% de sua produção venha de seus sócios com DAP física (RIBEIRO, 2012).

3. Relato e discussão dos dados de campo

Para análise de dados, foram sistematizadas as entrevistas de três agricultores familiares. Além disto, houve uma entrevista em profundidade com Jairison Gonçalves Silva, presidente da cooperativa ProRural. Foi-nos informado um breve histórico da cooperativa e como poderíamos entrar em contato com os agricultores para que fosse aplicado o roteiro de entrevista.

A Cooperativa dos Produtores Rurais de Planaltina de Goiás e Região (ProRural) foi fundada em nove (09) de janeiro de 2016 com o intuito de ajudar o agricultores familiares de Planaltina de Goiás a escoar sua produção buscando atender a estratégia comercial local com diversos produtos. A cooperativa iniciou logo no ano de 2016 atendendo dez escolas do estado inicialmente com o PNAE e após um produtor da cooperativa avisar sobre o a chamada pública do PAA, a cooperativa passou a acessar o programa, alavancando a ProRural com a modalidade compra institucional aumentando seus cooperados. Hoje a cooperativa possui sete funcionários. Com pouco mais de 10 mil produtores rurais na região de Planaltina de Goiás, hoje a ProRural atende um grupo 220 produtores cadastrados. A ProRural possui como missão “Busca por melhores condições de crescimento, assim como melhorar o desenvolvimento e cuidar da continuidade sustentável. O nosso negócio é cooperativismo”.

Atualmente, a ProRural tem como público alvo as forças armadas entregando cerca de 400 a 2 mil quilos de alimentos em cada pedido. O contrato fechado entre o Ministério da Defesa (MD) e a ProRural, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi de R\$ 1,7 milhão no ano de 2017. Além de atender a Base Administrativa do Quartel General do Exército (QGEx) em Brasília (DF), a Marinha e outras administrações do MD, a ProRural atende o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Planaltina de Goiás e município de Formosa, PAA compra institucional, Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA) do governo do Distrito Federal, e ainda possui um contrato com o governo do Distrito Federal atendendo o zoológico de Brasília.

A escolha pela preferência do programa PAA foi basicamente à estratégia comercial, pois o município possui muitos produtores que consegue atender a demanda de produtos variados que o PAA possui, além de ter um preço competitivo. “Certamente

é um dos melhores programas que nós atendemos” (Entrevista com Jairison realizada em 16/04/2018). Em relação à dificuldade para acessar o programa o presidente da cooperativa afirma que não houve dificuldades para o jurídico já para o físico é mais complicado. “Ao contrário de muitos programas que são atendidos por aí, principalmente as licitações, o PAA é extremamente desenrolado, ele é bem simples de ser aplicado. Justamente é uma política voltada aos produtores, então há uma facilitação, mesmo sendo uma cooperativa representando esse grupo de pessoas”. “O PAA individual é extremamente burocrático, emperrado, desde o início do processo até a entrega dos produtos” (Entrevista com Jairison realizada em 16/04/2018).

As famílias participantes da cooperativa também vendem em feiras da região, em suas próprias casas, participando ainda do PAA individual, sendo assentados, posseiros, arrendatários entre outros. Para que ocorresse a mobilização dos produtores a participarem da cooperativa houve uma dificuldade no entendimento dos termos em relação aos produtores, esse é um problema até os dias atuais. Apesar de ocorrerem reuniões e assembleias os produtores têm dificuldades para entender como o programa funciona. A cooperativa faz o papel de esclarecer dúvidas para deixar claro aos produtores essa operacionalização para que sempre atinjam suas metas comerciais. Quando os produtores se cooperam o presidente apresenta os termos como possuir a DAP física, criando a responsabilidade no fornecimento desses produtos, assim eles criam um vínculo com a cooperativa, porém não são obrigados a produzir quando não podem produzir, existe essa vantagem no programa.

Em relação à queda dos recursos repassados ao programa o presidente da cooperativa ProRural afirma que essa queda não afetou a cooperativa em relação a valores na última chamada pública que participou em 2017. Houve apenas uma maior concorrência em relação aos preços dos produtos, influenciando na queda dos valores de comercialização. O presidente da cooperativa afirma ainda que os objetivos do PAA atendem fortemente a ProRural, pois o produtor tem a sua compra garantida, independente do produtor vender pouco ou muito, sua venda é garantida, portanto a melhoria na produção é visível a partir do PAA tanto na cooperativa como na agricultura familiar.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Sindicato são

parceiros da ProRural ajudando a divulgar a cooperativa e assistindo os agricultores com cursos, assistência técnica e elaboração de projetos. Esses parceiros estão sempre à disposição no campo auxiliando a cooperativa no necessário. Segundo o presidente da cooperativa a EMATER funciona com um pouco de dificuldade.

O aspecto negativo seria a insegurança das cooperativas regionais devido à abrangência do programa, enfraquecendo o potencial do município desestimulando os agricultores a produzir cada vez mais. Com uma maior divulgação dos programas teria mais competitividade entre regiões atendendo mais famílias, escoando tudo o que é produzido. A cooperativa pretende expandir cada vez mais e atender ainda mais famílias.

Através da cooperativa ProRural conseguimos entrar em contato com três agricultores familiares da cidade de Planaltina de Goiás os quais responderam ao roteiro de entrevista com um total de dez perguntas.

Agricultor 1: O primeiro entrevistado possui uma área de produção primária vegetal orgânica certificada de um hectare e meio sendo cultivadas 1-Olerícolas, plantas medicinais e ervas aromática: alface (americana, crespa, lisa, mimosa e roxa). Batata doce (roxa), couve (couve-flor e manteiga), espinafre, brócolis (chinês e ramoso), rúcula, salsa, coentro (taboca e verdão), agrião, (d'água e da terra), quiabo, jiló, berinjela, vagem (macarrão), pimentão, repolho (verde e roxo), pepino, mandioca (amarela), e mostarda. 2-Frutas: limão (taiti), banana (prata, nanica e ourinho), mamão (papaia e formosa), abacate (manteiga), tangerina (ponkan), acerola, manga e goiaba. 3-Grãos e outras culturas anuais: feijão (de corda, rajado e de arranque) e milho (AG1051) e há uma pequena produção de galinha e peixe para consumo próprio.

A área de produção foi cedida desde 2016 pelo patrão da chácara ao lado onde o entrevistado é caseiro há quinze anos com carteira assinada, a mulher trabalha fora e os filhos são casados e moram na cidade. A produção é comercializada em uma banca no Ceasa pela associação ASFAG (Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos do Distrito Federal e Entorno) todos os sábados, em feiras locais aos domingos e vendas para vizinhos. O agricultor conheceu a cooperativa ProRural em 2016 no ano de sua criação através de um vizinho de banca na feira aos domingos de Planaltina de Goiás, foi aonde recebeu a visita do Jairison presidente da cooperativa e foi realizado o cadastro e logo em seguida começou a fazer as entregas três vezes por semana. O

agricultor recebe assistência técnica da EMATER que é freqüente no local e foi através da EMATER que o agricultor conheceu o PAA e já fez dois contratos até hoje uma vez por ano. O agricultor conseguiu participar do programa com a DAP e a parceria feita com o seu patrão cedendo a terra com moradia a ele por tempo indeterminado.

O agricultor possui um controle da sua produção através de um caderno de campo exigido pela OPAC (Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade Orgânica) por causa da produção orgânica, antes o agricultor não possuía gestão da sua produção. A fiscalização da produção orgânica e do caderno de campo é feita pelo grupo que o agricultor participa uma vez por ano chamado “Grupo Araúna” e levado a outros grupos de fora quando há renovação da certificação ao sindicato para verificar possíveis irregularidades. Agricultor afirma que com a gestão exigida após a participação do PAA houve uma melhoria significativa, pois agora possui um controle melhor de sua produção podendo visualizar o que ganhou o que perdeu os gastos e lucros da produção, antes era mais difícil ter o controle e saber de tudo só de cabeça.

O agricultor teve que realizar várias adaptações para participar do PAA e obter a certificação de orgânicos como um galpão com área de sanitização, fossa séptica, fechamento do galinheiro, seguir o padrão de orgânicos, caixas de colheita e pós-colheita. E ainda há algumas adaptações a serem feitas como pintura lavável do galpão, pia, lixeira, porta papel toalha, uniforme entre outras.

O agricultor acha que o PAA é um grande incentivo para o produtor, porém acha que por ser apenas uma vez por ano não é suficiente para viver principalmente pelas diversas exigências do programa, tendo que procurar outros mercados para completar a renda. O agricultor pretende tirar o bloco de notas da inscrição estadual exigido pelo PAA até o ano que vem. Em relação à burocracia o agricultor relatou apenas as burocracias normais. Em relação a cooperativa o agricultor está entregando há dois anos e está insatisfeito principalmente pelo atraso de pagamento, o agricultor está com atrasos de pagamentos desde o ano passado. O atraso tem prejudicado o pagamento da diária de um funcionário que lhe ajuda na produção há seis meses bem como a dificuldade de compras de mudas, sementes entre outros produtos para produção, portanto o agricultor pretende sair da cooperativa principalmente porque a cooperativa tem como modalidade a compra institucional e não produção orgânica, ou seja, a venda para a cooperativa não é como orgânico e sim como convencional.

Agricultor 2: O segundo entrevistado possui uma área de produção de dois hectares de produção orgânica com moradia própria e também possui uma área arrendada de dois hectares de um gaúcho e pretende comprá-la futuramente sendo produzidos cebola, beterraba, batata doce, vagem, mandioca, alface, cheiro verde couve, rúcula, leite para consumo próprio, frango caipira para venda sob encomenda entre outros. A comercialização da produção é feita em uma URDA (Unidade de Recebimento e Distribuição de Alimentos) em Planaltina DF pelo PAA e tem um ponto de venda no Colorado pela associação ASFAG onde o agricultor é o presidente. Além de vender no Ceasa vende a domicilio uma cesta fechada padronizada a seis sete anos com produtos variados produzidos naquele período com dezesseis a dezessete itens para moradores de Planaltina DF, para funcionários da EMATER, professores e comerciantes.

A produção do Sítio Araúna já é toda destinada, ou seja, ele produz com escoamento da produção garantida. Hoje trabalha na propriedade o agricultor Vilmar sua esposa, uma filha e dois filhos, a família vive apenas da produção e os filhos estudaram para essa área do campo e não pretendem sair da propriedade para trabalhar fora. No início o agricultor não produzia orgânico, o Sítio Araúna passou por uma conversão, pois ainda usava adubo químico e quando decidiu produzir orgânico fez todas as adaptações necessárias começando pela participação de um grupo de OCS (Organização de Controle Social) que é permitido a venda direta e conseguiu a certificação em 2008 com o acompanhamento da EMATER e do SEBRAE. Hoje o Sítio Araúna está há nove anos sem agrotóxicos e sete anos sem adubo químico.

O agricultor relatou que possui assistência técnica da EMATER com frequência e quando necessário ou solicitado recebe uma assessoria do SEBRAE. E ficou sabendo do PAA através da Em ater que fez o cadastro e não relata nenhuma burocracia excedente, pois anteriormente já participou também do Pronaf e até hoje já fez quatro entregas para o programa através da URDA de Planaltina. O agricultor nunca entregou na cooperativa Prorural e não faz questão de entregar. O agricultor como presidente da Associação ASFAG relatou que pretende tirar todos os produtores orgânicos da cooperativa pois não vê vantagem em entregar seus produtos lá. A associação foi criada porque a associação comunitária não ajudava o agricultor quando solicitado e por recomendação da Em ater foi criada a associação que hoje está ajudando muito o agricultor sendo parceiras hoje em dia. A sede esta sendo construída e a associação hoje

possui três pontos de vendas um no Colorado e dois no Ceasa. A associação pretende ainda construir uma agroindústria através do deputado Claudio Abrantes.

O agricultor possui um caderno de campo onde faz todas as anotações da produção, porém antes não tinha um controle da sua produção com precisão. Agora relata uma melhoria significativa na produção, inclusive relatou que o preço é muito bom e não tem aquela exigência de só vender para o PAA, pois eles pegam do produtor apenas o que está disponível na sua produção.

O agricultor teve que fazer algumas adaptações na propriedade com exigência desde 2017, anteriormente só era recomendado e não exigido, os produtores que não se enquadraram nas novas exigências ficaram de fora das próximas chamadas até realizar as adaptações necessárias. As adaptações foram na área de sanitização, produção com qualidade e produtos selecionados, porém o PAA auxilia os agricultores a realizar essas adequações conforme o programa e agora todos os agricultores tem que passar por um curso de boas práticas agropecuárias fornecido pela Em ater e a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do GDF. As propriedades que estão fornecendo para o PAA não podem ter fossa contaminante inclusive a Secretaria fez algumas doações e assistências para o procedimento.

O ponto negativo relatado pelo agricultor em relação ao PAA é referente ao pagamento que é pouco por ser anual, levando o agricultor a procurar outros meios de escoar a produção levando em consideração que o mercado não é receptível ao agricultor familiar e com ponto a mais por ser orgânico. Devido a ter o escoamento da produção garantida o PAA para o agricultor vem como um complemento quando quer mudar alguma coisa, quando quer programar uma irrigação, trocar uma bomba hoje o programa ajuda nisso, porém viver apenas do PAA não é possível sobreviver.

Agricultor 3: A terceira entrevistada tem uma área de produção de cinco mil metros, plantando no momento ervas medicinais, salsa, cebola, mexerica, laranja. Os produtos que são entregues para o PAA são os da horta: salsa, cebola e rabanete e os outros produtos são de consumo próprio e todos os produtos são orgânicos e com certificação. A comercialização é feita em uma banca da associação ASFAG no Ceasa e através de venda direta na porta de casa.

A agricultora ficou sabendo do PAA através do seu irmão que já participa a uns dez anos do programa e acabou fazendo alguns cursos oferecidos pela Em ater e pelo SEBRAE, mas a agricultora nunca teve interesse em participar do programa, porém influenciada pelo irmão e com o incentivo das técnicas da EMATER e as visitas constantes acabou participando. No início a agricultora trabalhava com pães e por incentivo da EMATER fez diversos cursos de panificação sem custo algum durante três anos. Já tem três anos que a família entrega para o programa e relatou que as burocracias do PAA são padrão e teve um custo inicial de mais ou menos de trezentos reais.

A entrega é feita uma vez por ano através de um agendamento dos produtos que estão disponíveis na propriedade. Os agricultores é que entregam os produtos, pois o programa não faz a retirada da produção. Então caso o produtor ou produtora não possua carro próprio deve-se pagar o frete, e o valor a ser recebido de seis mil e quinhentos reais é pago em trinta dias.

Antes de participar do programa a família trabalhava fora e plantava apenas para consumo próprio como mandioca, mexerica etc. após entrar no programa é que a família decidiu produzir um pouco mais para comercialização. A agricultora e o marido trabalham fora para complementar à renda, pois alegam que o valor pago pelo PAA anualmente é insuficiente para viver durante um ano.

A produção de orgânicos não tem um custo tão alto, apenas com mão de obra, portanto a agricultora relata que o necessário para se produzir é ter uma boa gestão, ou seja, uma organização. A gestão da produção é feita através de um caderno de campo com as anotações de toda a produção. Antes de participar do PAA a família não tinha nenhum controle da produção e com o PAA a família melhorou a gestão da propriedade, pois agora passou, a saber, o quanto gasta, qual é o lucro qual é a quantidade de produzir.

Outro ponto a ser lembrado e muito importante para a produção é que a entrega dos produtos nas URDAS para o PAA possuem datas específicas. Portanto as famílias devem possuir uma boa gestão da sua produção devido a essas datas em que o programa não recebe os produtos, ou seja, se a família não tiver uma boa gestão da sua produção pode perdê-la toda nesse mês de férias caso não tenha outro ponto de comercialização para escoamento da produção.

A agricultora relatou que teve que fazer várias adaptações na propriedade para participar do PAA como a fossa séptica, galpão de sanitização com piso em cerâmica, banheiros do lado de fora e área de higienização dos trabalhadores. A propriedade ainda está realizando essas adequações e ainda falta murar a propriedade. O programa deu um prazo de até o final do ano para realizar essas adequações, os novos agricultores que entrarem no programa já devem estar dentro dessas adequações e regras que o programa exige.

O ponto negativo em relação ao programa seria o custo inicial para começar, pois caso você já não possua uma renda inicial a dificuldade de inserção se torna não favorável ao agricultor. A agricultora relata que o governo disponibiliza algumas vezes um valor de dois mil reais para iniciar junto com materiais como fossa séptica, caixa d'água entre outros, porém esse auxílio não é constante e nem é para todos, principalmente devido aos diversos cortes que teve em relação ao programa. A família não conseguiu receber nenhum desses benefícios que o programa juntamente com o governo oferece.

Outro ponto negativo que a agricultora relata sobre o programa é a falta de higienização do local de recebimento dos produtos, pois devido às várias exigências que eles solicitam de sanitização dos produtos de padrão de qualidade entre outros, ao receber os produtos nas URDAS a limpeza do local é precária inclusive com esgoto pelo galpão de recebimento contaminando os produtos que foram entregues depois de passar por todo um processo de sanitização, portanto a reclamação da agricultora passa de produtora para consumidora podendo até prejudicar a procedência de seus produtos.

A agricultora e o marido pretendem futuramente expandir a sua produção comprando outra chácara e aumentando a produção, podendo realizar mais vendas na cidade e entorno, principalmente porque o PAA paga os produtos como sendo orgânicos, ou seja, com a certificação o preço tem o valor agregado de orgânico.

Considerações Finais

De acordo com os dados de campos levantados podemos observar que nenhuma das famílias possuía previamente um modelo de gestão claro para a sua produção e podemos constatar, portanto, a partir desse estudo constatamos que as famílias entrevistadas tiveram um resultado positivo na gestão da produção após fazerem parte do programa.

Tal influência se deve ao fato do PAA exigir das famílias uma gestão melhor da sua produção para conseguirem entregar seus produtos para o programa e terem que possuir uma ferramenta de gestão como um caderno de campo e um bloco de notas que faz todo o controle. O estudo conseguiu identificar ainda que as famílias tiveram que fazer diversas adaptações a sua propriedade para fazerem parte do PAA e que ainda possuem outras adaptações a serem realizadas até o final do ano para se enquadrarem as exigências do programa.

A partir da inserção das famílias no PAA podemos concluir que o programa trouxe diversos benefícios para esses agricultores como um controle melhor de sua produção podendo realizar com qualidade e eficiência sua produção observando os melhores caminhos para entrarem no mercado institucional de maneira mais competitiva. As mudanças na gestão da produção que o programa trouxe para as famílias entrevistadas são de extrema importância para que essas famílias se destaquem no mercado. O modo de produção, a higienização dos produtos de forma correta, as fossas sépticas para evitar contaminações, as anotações e controle do que é comprado do que é gasto, o quanto produziu são exemplos de mudanças que as famílias tiveram que fazer em suas propriedades após fazer parte do PAA.

Referências

ALENCAR, Antonia Suyane; MORAIS, Fernando José de; SANTOS SOBRINHO, Genival. **A importância do cooperativismo para o crescimento da agricultura familiar**: Estudo de Caso da Associação dos Beneficiadores da Lagoa do Carmo em Campos Sales - CE. Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Gaby/Downloads/A%20IMPORTANCIA%20DO%20COOPERATIVISMO%20PARA%20O%20CRESCIMENTO%20DA%20AGRICULTURA%20FAMILIAR%20Estudo%20de%20Caso%20da%20Associacao%20dos%20Beneficiadores%20da%20Lagoa%20do%20Carmo%20em%20Campos%20Sales-CE.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

ALTAFIN, Iara; ROCHA, Luiz Augusto. Prioridade para a agricultura familiar: por que é tão difícil? In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges. **Núcleo de Estudos Agrários. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial - Contribuições ao debate**. n.º 17 Brasília, 2005. Cap. 6, p.99-115. Disponível em: <http://cursa.ihmc.us/rid=1188901167133_996607957_8434/LIVRO_FINAL.pdf>. Acesso em: 12 de set. 2017.

AQUINO, J.R.; TEIXEIRA, O. A.; TONNEAU, J. P. **PRONAF: Política Agrícola Discriminatória?!** Uberlândia-MG, Universidade Federal de Uberlândia: I. E., 2003. p. 25.

AZEVEDO, João. Lúcio de. **Épocas de Portugal Econômico. Esboços de História**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1929. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008421&bbm/6840#page/1/mode/2up>. Acesso em: 12 de set. 2017.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo de. Meirelles. Tecnologia de Gestão e Agricultura Familiar. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. Disponível em: <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Tecnologia%20de%20Gest%C3%A3o%20e%20Agricultura%20Familiar.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

BATALHA; Mário Otávio. Gestão agroindustrial: 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BERGAMASCO, S. M. P. P., BORSATTO, R. S. e ESQUERDO, V. F. S. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, Buenos Aires-Argentina, n. 38, p. 25-50, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Ricardo_Borsatto/publication/318913235_Politic as_publicas_para_a_agricultura_familiar_no_Brasil_reflexoes_a_partir_de_estudos_de_casos_no_estado_de_Sao_Paulo/links/5984dfe9458515605844efba/Politic as-publicas-para-a-agricultura-familiar-no-Brasil-reflexoes-a-partir-de-estudos-de-casos-no-estado-de-Sao-Paulo.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR). **Requerimento de Audiência Pública n. 438/2017**, Deputados Marcon (PT-RS) e João Daniel (PT-SE), que: "Requerer a realização de Audiência Pública para debater a execução dos programas de compras públicas de alimentos, no âmbito do PAA e do PNAE". 04 de julho de 2017. Disponível

em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=EB530BA9C333E8FE7BD9FD78F21F0AF4.proposicoesWebExterno2?codteor=1574898&filename=Tramitacao-REQ+438/2017+CAPADR>. Acesso em: 27 set. 2017.

BRASIL, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), 2010. **Controle social do PAA é tema de oficina em Brasília.** Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2010/fevereiro/controle-social-do-paa-e-tema-de-oficina-em-brasilia>>. Acesso em: 11 de set. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União** Ano CXLIII nº-141. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-actualizada-pl.html>>. Acesso em: 12 de set. 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública.** São Paulo, v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/artigo-temas-versao-publicada.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

CAVALCANTE, Indira. Gaide de Aguiar. **PAA como fortalecimento da agricultura familiar.** Sobral-CE, 2010, p.01-24. Disponível em: <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=12032>. Acesso em: 11 de set. 2017.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** vol.53 no. 1 Brasília Jan./Mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000100109>. Acesso em: 19 abr. 2018.

COSTA, Jair. Pereira; RIMKUS, Lean. Marie; REYDON, Bastiaan.Philip. **Agricultura Familiar, tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda.** Campinas/SP: UNICAMP, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/846.pdf>> Acesso em: 22 Set. 2017.

CHIARIELLO, Caio. Luis. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de casos na Cocamar e Copavi.** São Carlos, 2006. Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3580/1893.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 19 abr. 2018.

DAS GRAÇAS RUA, María. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos.** Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

DEPONTI, Cidonea Machado. **As agruras da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar**. Universidade de Santa Cruz do Sul - RS – Brasil. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 9-24, 2014.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Gestão do sistema de produção agropecuário familiar e suas interfaces**. Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Premio_Extensao_Rural/1_Premio_ER/GestaoSistemaProd_Agrop.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/314588368/Livro-METODOLOGIA-CIENTIFICA>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

FREITAS, Estevan Leopoldo de. **A Soberania Alimentar Através do Estado e da Sociedade Civil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a Rede Farm To Cafeteria Canadá (F2CC), no Canadá**. 2016. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2016. Disponível em: <http://www.academia.edu/28408987/A_SOBERANIA_ALIMENTAR_ATRAV%3%89S_DO_ESTADO_E_DA_SOCIEDADE_CIVIL_O_PROGRAMA_DE_AQUISI%3%87%C3%83O_DE_ALIMENTOS_PAA_NO_BRASIL_E_A_REDE_FARM_TO_CAFETERIA_CANADA_F2CC_NO_CANAD%C3%81>. Acesso em: 10 set. 2017.

Fundação Banco do Brasil – FBB; União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES. **Estratégias de Acesso a Mercados para Agricultura Familiar**. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/proext/images/cartilha-estrategia-de-acesso-a-mercados-para-a-agricultura-familiar-fundacao-banco-do-brasil.pdf>>. Acesso em: 12 de set. 2017.

GERHARDT, Tatiana Elgel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 10 set. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

GRISA, Catia *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010. Disponível em: <<http://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/69>>. Acesso em: 11 set. 2017.

GRISA, Catia. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Brasília 2017, p. 290-313. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio I. Política de segurança alimentar e nutricional. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. 1ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p.155-180. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 14 set. 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em:< <https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/raizes-do-brasil-sergio-buarque-de-hollanda.pdf>>. Acesso em: 12 de set. 2017.

MACIEL, Lucas Ramalho. **Mercado Institucional de Alimentos: Potencialidades e Limites para a agricultura Familiar**. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2008, 115p. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1460/1/2008_Dissertacao_LucasMaciel.pdf> . Acesso em: 13 set. 2017.

MANZINI, Eduardo. José. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991. Disponível em: <<http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/manzinisaopaulo1990.pdf>>. Acesso em 09 out. 2017.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>> Acesso em: 20 set. 2017.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. MDS repassa R\$ 2 milhões para Programa de Aquisição de Alimentos no Distrito Federal. Disponível em:<<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/fevereiro/mds-repassa-r-2-milhoes-para-programa-de-aquisicao-de-alimentos-no-distrito-federal.>> Acesso em: 03 abr. 2018.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/cartilha-paa-2010.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): compra direta local da agricultura familiar – Modalidade Compra Institucional**. Disponível em:<http://www.11icfex.eb.mil.br/images/orientar_e_controlar/Ordenadores_de_Despesa_-_OD/PAA.pdf>. Acesso em: 19 de abr. 2018.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Agricultura Familiar, Trabalho e Estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. **Espaço em Revista**, Brasília, v.14, n.1, p.14-23, jan/jun.2012. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/19382/11270>>. Acesso em: 14 set. 2017.

OLIVEIRA, Cida de. Agricultores temem extinção do Programa de Aquisição de Alimentos. **Rede Brasil Atual**. Brasília 2017. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/10/contag-teme-extincao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PAULA, Márcia Maria de; KAMIMURA, Quésia Postigo; SILVA, José Luís Gomes da. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 1, p. 33-43, 2014. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/883/808>>. Acesso em 09 set. 2017.

RIBEIRO, K. Á. A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI - Petrolina/PE. In: Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, 2, ago. 2012, Brasília: SESCOOP, 2012. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/downloads/Gecom/ebpc/II_EBCP_Avila_Ribeiro.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.

SABOURIN, Eric; NIEDERLE, Paulo. Agricultura familiar na América Latina: das políticas agrícolas diferenciadas aos instrumentos de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e da agroecologia. In: MALUF, Renato S; FLEXOR, Georges (orgs). **Questões agrárias, agrícolas e rurais. Conjunturas e políticas públicas**. 1. ed. - Rio de Janeiro : E-Papers, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Georges_Flexor2/publication/324164306_Questoes_agrarias_agricolas_e_rurais_conjunturas_e_politicas_publicas/links/5ac28a1345851584fa7737d5/Questoes-agrarias-agricolas-e-rurais-conjunturas-e-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2018.

SAUER, Sérgio. **Estudo de programas baseados em mercados institucionais: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar**. Edital ProIC/DPG/UnB – PIBIC (CNPq) 2017/2018 Projeto de Iniciação Científica da Universidade de Brasília.

SCHIMITT, Cláudia Job; GUIMARÃES, Leonardo Alonso. **O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica**. *Agriculturas* - v. 5 – nº 2 - junho de 2008. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-1-O-mercado-institucional-como-instrumento-para-o-fortalecimento-da-agricultura-familiar-de-base-ecologica.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

SILVA, Aldenor Gomes da; COSTA, Fernando Bastos. **Programa de aquisição de alimentos: uma avaliação institucional**. Natal – RN- Brasil, p.01-12. Disponível em:<<http://www.sober.org.br/palestra/5/1083.pdf>>. Acesso em: 11 de set. 2017.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. *et al.* **Guia para Gestão da Propriedade Agrícola Familiar**. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar Departamento de Engenharia de Produção - DEP São Carlos. 2004. Disponível em: <http://www.gepai.dep.ufscar.br/pdfs/1105377567_Cartilhageral082004pdf>. Acesso em: 21 set. 2017.

SOUZA FILHO, Meirelles de; BÁNKUTI, Ferenc Istvan; SILVA, Andréa Lago da; *et al.* **Guia para Gestão da Propriedade Agrícola Familiar**. Universidade Federal de

São Carlos - UFSCar Departamento de Engenharia de Produção - DEP São Carlos. 2004. Disponível em: <http://www.gepai.dep.ufscar.br/pdfs/1105377567_Cartilhageral082004pdf>. Acesso em: 21 set. 2017.

SALES, Stéfany Gabriela da Silva. Estudo de programas baseados em mercados institucionais: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar. Edital ProIC/DPG/UnB - PIBIC (CNPq) 2017/2018. Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília.

TRICHES, Rozane Maria; GRISA, Catia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA E PNAE) a partir da retórica da intransigência. **REVISTA NERA**, n. 26, p. 10-27, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157307/000977109.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 de set. 2017.

ULRICH, Elisane Roseli. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU**. Uruguai, v.4, n.9, p. 1-13, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/108_1.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

VIEIRA, Débora de Faria Albernaz; GROSSI, Mauro Eduardo Del. **Influência do programa de aquisição de alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar**: o caso de três municípios do noroeste de Minas Gerais. Brasília, p. 01-09. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/883.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. Caxambu - MG, 1996. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Hist%C3%93ricas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>>. Acesso em: 12 de set. 2017.

Apêndice

Roteiro de Entrevista da Cooperativa

1. Nome do entrevistado/cargo?
2. Quando surgiu a cooperativa? Por que ela surgiu?
3. A cooperativa possui missão e visão?
4. Quantos funcionários estão trabalhando atualmente?
5. Quantos agricultores há na cooperativa?
6. A cooperativa acessa somente o programa PAA? Se acessa outros, quais são?
7. Por que a cooperativa optou por acessar o PAA?
8. Qual modalidade do PAA a cooperativa participa?
9. A cooperativa encontrou alguma dificuldade para acessar o PAA?
10. A queda nos recursos para o PAA afetou a cooperativa? Se sim, como?
11. A cooperativa conta com alguma parceria?
12. Há algum ponto negativo a ser considerado em relação ao programa?

Roteiro de Entrevista dos Agricultores

1. Nome do entrevistado?
2. Tamanho da propriedade?
3. Além do PAA comercializa em outro lugar? Onde?
4. Recebe algum tipo de assistência técnica?
5. Como ficou sabendo do PAA? Quando e porque vocês acessam o PAA?
6. Como você fez para participar? Encontrou alguma dificuldade?
7. Você possuía algum tipo de gestão da sua produção antes de participar do PAA?
Se sim como o PAA te ajudou a melhorar essa gestão? Se não como o PAA te ajudou na gestão?
8. A propriedade teve que fazer quais adaptações para participar do PAA? Ainda tem alguma adaptação a ser feita?
9. Fale sobre algum ponto positivo ou negativo do PAA?
10. Tem algum plano futuro para a propriedade?